



FORMAÇÃO POLICIAL: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O PAPEL DA LEITURA

Márcia Cristiane Nunes Scardueli¹

RESUMO: O presente artigo aborda a concepção do professor do ensino policial sobre a relevância da atividade de leitura no período de formação do policial civil. A coleta de dados foi realizada com doze professores da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina, através da aplicação de um questionário. A análise dos dados coletados permitiu identificar que, apesar dos professores participantes da pesquisa partilharem da opinião sobre a importância da atribuição de leitura específica a respeito das temáticas abordadas em suas disciplinas, o emprego desse tipo de atividade é limitado, face à carga horária reduzida. A pesquisa também apontou que os professores investigados demonstraram compreender o importante papel da leitura no processo de formação do policial civil catarinense.

PALAVRAS-CHAVE: leitura, formação policial, Academia da Polícia Civil de Santa Catarina.

ABSTRACT: This article discusses the conception of the police education teacher on the relevance of reading activity in the period of formation of civilian police. Data collection was performed with twelve teachers of the Academy of Civil Police of Santa Catarina, through a questionnaire. The data analysis identified that, despite teachers' research participants share the opinion about the importance of assigning specific reading about the issues addressed in their disciplines, the use of this type of activity is limited, due to reduced workload. The survey also found that teachers investigated demonstrated to understand the important role of reading in the process of formation of civilian police in Santa Catarina.

KEY WORDS: reading, police training, Civilian Police Academy of Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a atribuição de atividades de leitura aos alunos do curso de Formação Policial Civil, da Academia da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (ACADEPOL), turma 2010, em disciplinas relacionadas às áreas de Ciências Sociais Aplicáveis.

A proposta da pesquisa foi investigar se os professores que ministraram aulas nesse curso de formação entendem a necessidade de aplicação de leituras específicas sobre as temáticas abordadas em suas disciplinas, como atividade que possa contribuir na construção da identidade do Policial Civil que está em período de formação, bem como aprimorar o próprio processo de formação desse policial. Nesse sentido, o problema de pesquisa formulado foi: Qual a

¹ Graduada em Letras, Mestre em Ciências da Linguagem e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UNISUL (Tubarão/SC).



compreensão de professores da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de leituras durante disciplinas do curso de formação policial civil catarinense? Nesse passo, o objetivo geral da pesquisa foi “analisar a compreensão de professores da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de leituras específicas nas disciplinas do curso de formação policial”.

No que tange à metodologia adotada para a realização da pesquisa, esta foi delineada no modelo de pesquisa qualitativa exploratória, que segundo Gil (2007), envolve entrevistas com pessoas que têm experiências práticas com o problema pesquisado. No que se refere à entrada de campo, pretendeu-se, através de entrevista (pela aplicação de questionário) com Professores de seis disciplinas teóricas da ACADEPOL/SC, verificar como eles/elas concebem a atribuição de leitura nos cursos de formação policial civil.

LEITURA: UM ATO DE CONHECIMENTO

A leitura foi definida por Scliar-Cabral (2003) como um processo, uma vez que, entenderemos um determinado texto, desde que tenhamos algum conhecimento prévio sobre o assunto abordado, bem como se conseguirmos estabelecer uma rede de sentidos sobre ele.

Nesse viés, a leitura pode ser entendida como uma atividade interacional, como dito por Oliveira (2010), uma vez que as pessoas, pela leitura, constroem conhecimentos que vão além dos linguísticos e podem ser também enciclopédicos ou textuais. Por conhecimentos enciclopédicos, entendem-se os que tratam do mundo (culturais, do senso comum, conhecimentos específicos, etc); quanto a conhecimentos textuais, entendem-se os relacionados à textualidade, aos tipos e gêneros textuais (JUNG, 2010).

O desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade contemporânea tem fortalecido a ideia de que, cada vez mais, a leitura é imprescindível para a inserção social das pessoas que, através dessa habilidade (a leitura) terão acesso a informações e a novos e fundamentais conhecimentos que os permitam interagir, de forma mais consciente, em qualquer cenário social onde circulem.

Segundo Silva (*apud* SANTA ROSA, 2005), a leitura é um ato de conhecimento, pois ler significa perceber e compreender as relações existentes no mundo. Assim, a leitura pode ser definida como um ato individual que, apesar de ser iniciada pela decodificação de signos



linguísticos que compõem a linguagem escrita convencional, não se restringe a eles, visto que “a leitura exige do sujeito leitor a capacidade de interação com o mundo que o cerca” (SANDRONI; MACHADO, 1998, p. 22).

Nunes (1994, p. 14), também define a leitura como uma atividade individual e social. Segundo o autor, “é individual porque nela se manifestam particularidades do leitor: suas características intelectuais, memória, sua história; é social porque está sujeita às convenções linguísticas, ao contexto social, à política”. Assim, percebe-se que ler é atribuir sentido ao texto, relacionando-o com o contexto e com as experiências prévias do leitor.

Em face do exposto, torna-se importante refletir sobre o papel da leitura no processo de formação de policiais civis, visto que, pela tripla dimensão da leitura, a saber: meio para distração, instrumento para aprendizagem e objeto do conhecimento (JUNG, 2010), permitir-se-á a construção da identidade do policial, especialmente pela dimensão do *objeto do conhecimento*. Ou seja, é também, por intermédio da leitura especializada da área policial, que cidadãos comuns poderão se apropriar de conceitos relacionados à área policial e, aos poucos, fortalecer, junto com o conhecimento adquirido nas disciplinas práticas, o conceito de *ser policial*.

Segundo Souza (2005, p. 137), “a identidade profissional não se forja só no orgulho, nos cursos de formação e no desejo de pertencer à organização policial”, mas também num compromisso maior que inclui a reaprendizagem constante e a renovação crítica, que exigem reflexões sobre os processos formativos.

Para a autora (2005), a formação policial proposta pela Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública valoriza a utilização crítica e criativa dos conhecimentos e não o acúmulo de informações. Assim, refletir-se sobre a atribuição de atividades de leitura aos policiais em processo de formação pode ser relevante, visto que os conteúdos curriculares atuam como meios para o desenvolvimento de capacidades, de forma que o profissional possa ser sujeito da sua própria formação, efetivada, também, pelo viés da leitura.

Nesse sentido, a formação policial pode ser entendida como um “tempo de aquisição e construção de saberes necessários” (SOUZA, 2005, p. 140) à prática policial, bem como período ideal para repensar as práticas vigentes sob diferentes pontos de vista (diferentes autores) e de “reconstruir conhecimentos apropriando-se criticamente da cultura elaborada, com base em altos padrões de qualidade e nos princípios da ética” (SOUZA, 2005, p. 140).



A LEITURA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Segundo Ribeiro e Garcia (2009), a leitura tem influência, não só na vida particular das pessoas, mas, especialmente, no seu campo profissional. Assim, o profissional de excelência, de qualquer área, precisa também ser um leitor ativo e conhecer a literatura básica do seu campo de atuação, através de textos científicos diversos. Do futuro profissional, além dos atributos específicos da sua profissão, espera-se também o domínio de técnicas de leitura (RIBEIRO; GARCIA, 2009), que o permitam realizar tarefas metacognitivas, relacionadas à leitura, que contribuam para a sua profissão. Nesse sentido, entende-se que a leitura como objeto do conhecimento precisa ser assumida, principalmente, nos cursos de formação profissional, e, no caso aqui estudado, nos cursos de formação policial.

Segundo Silva, Andrade e Euclides (2007), a transmissão do saber tem se dado nas instituições escolares, muito comumente, de forma assemelhada à transmissão da tradição e da autoridade. Ou seja, quem tem autoridade para tal (os professores nesse caso) escolhe o saber que parece útil e necessário aos grupos em formação, inibindo assim, a participação do indivíduo em processo de formação de atuar nessa construção do saber, impondo, naturalmente, uma única interpretação do fato, mesmo que haja outros.

O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

A coleta de dados para a presente pesquisa deu-se por meio da aplicação de um questionário, que seguiu orientações propostas por Rauen (2002). No cabeçalho do questionário, identificou-se que o propósito da pesquisa seria analisar a compreensão de professores da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de atividades de leituras específicas, durante o período do curso de formação policial civil catarinense. A coleta de dados foi realizada com professores das disciplinas de: *Fundamentos da Polícia Comunitária*, *Abordagem Sócio-Psicológica da violência e do crime*, *Relações interétnicas e sociais no modelo policial*, *Direitos Humanos*, *Legislação Especial* e *Mediação de Conflitos*, que foram selecionadas dentre as disciplinas da matriz curricular do curso de formação policial



inicial, por serem disciplinas que denotam (em função das temáticas abordadas) a necessidade de uma carga teórica expressiva.

O questionário aplicado continha onze (11) perguntas (abertas, fechadas e mistas) que abordavam a formação acadêmica dos docentes, a carga horária das disciplinas, a recepção da temática da disciplina pelos alunos do curso de formação policial, a atribuição de leituras regulares e suplementares para aprofundamento da temática e a compreensão dos professores sobre a importância da atividade de leitura para o bom andamento da disciplina.

A aplicação do questionário deu-se no período de 20 de agosto a 20 de setembro, por *email*, aos dezesseis (16) professores que ministram as disciplinas elencadas anteriormente, na Academia da Polícia Civil de Santa Catarina – ACADEPOL. Desse total, 12 professores atenderam ao chamado da pesquisa, respondendo ao questionário, o que implica 75% da amostra coletada.

A ACADEPOL é o centro de ensino da Polícia Civil catarinense e está localizada na cidade de Florianópolis. Seu corpo docente é formado por Policiais Civis, com titulação acadêmica na área da disciplina que ministram. A seleção dos professores é realizada por análise de currículos que se dá a cada período letivo.

A formação policial realizada na ACADEPOL é requisito necessário para ingresso na função policial. A grade de disciplinas ministradas na ACADEPOL segue as orientações da Matriz Curricular Nacional, proposta pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Para efeitos deste trabalho, o período de formação policial tomado por referência foi o do ano de 2010, em que a carga horária geral do curso foi de 960 horas/aula, para a carreira de Agentes de Polícia, distribuídas em 35 disciplinas.

LEVANTAMENTO E ANÁLISES

A análise dos dados coletados com a aplicação dos questionários aos professores da ACADEPOL que atenderam ao chamado da pesquisa permitiu identificar que 66% dos participantes (8 deles) entendem que a carga horária atribuída à disciplina não é suficiente, dificultando a discussão sobre temáticas mais amplas, complexas e até polêmicas, que demandariam mais tempo de aula. De acordo com os participantes, a carga horária das disciplinas



investigadas variava entre 12 (5 disciplinas), 16 (3 disciplinas), 20, 28 e 30 horas aula. Com um número de aulas que não seja suficiente, na concepção do professor, possivelmente a reflexão prática dos conteúdos abordados, no cotidiano policial, deixa de ser explorada, em função dessa limitação.

As considerações dos participantes sobre a carga horária da disciplina ser insuficiente permitem-nos interpretar que a atribuição de leitura regular ou complementar sobre os assuntos abordados nessas disciplinas ficam limitadas, em função do curto espaço de tempo para as realizações das aulas.

No que tange ao questionamento sobre a percepção dos professores quanto à recepção da temática abordada pela disciplina, pelos alunos, sete dos doze professores apontaram a opção de resposta que indicava que os alunos recebem a temática proposta com pré-julgamentos. O **Participante # 1** mencionou que esse pré-julgamento é proveniente do “senso comum” que é partilhado socialmente e que se manifesta na linguagem utilizada pelos policiais em formação. Importante lembrar que as disciplinas em questão: *Fundamentos da Polícia Comunitária, Abordagem Sócio-Psicológica da violência e do crime, Relações interétnicas e sociais, Direitos Humanos, Legislação Especial* (a saber, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso) e *Mediação de Conflitos* tratam de assuntos que requerem mais que uma formação policial voltada à aplicação da lei, mas demandam um conhecimento reflexivo sobre as questões sociais que atravessam, constantemente, a prática policial. Assim, essa noção de senso comum poderá ser desconstruída também por intermédio de leituras orientadas.

Entretanto, quando os participantes foram perguntados sobre a realização de leituras sobre a disciplina, nove dos doze participantes informaram que os alunos não realizam leituras (obrigatórias) como parte da programação da disciplina. Entre os argumentos para essa situação, a limitação de tempo, em função da carga horária reduzida, foi a mais mencionada (cinco vezes). Dois participantes mencionaram que sugerem bibliografias específicas sobre o assunto abordado nas aulas para “*aqueles [alunos] que por ventura gostarem da temática*” (**Participante#2**) e para que aquele aluno que “*tiver interesse em obter mais conhecimento e se aprofundar no assunto possa investir por si mesmo*” (**Participante#3**). Aqui se faz necessária uma reflexão pontual, pois, percebe-se que a limitação de tempo pode estar influenciando no processo de formação dos policiais. Não há que se falar em “afinidade” do aluno com as questões tratadas nas disciplinas elencadas



anteriormente, ou não. Importa observar, porém, que a função policial que precisa ser pensada sob o aspecto da “*dimensão pedagógica do agir policial*” defendido por Ricardo Balestreri, na obra **Diretos Humanos: coisa de polícia** (1998). Para Balestreri, a atividade policial tem caráter interdisciplinar, especialmente pela característica de social-preventiva, o que implica dizer que não se trata exatamente de “gostar” ou não da temática, mas de estar preparado para essa atuação.

A preparação policial passa, necessariamente, pela aquisição do conhecimento, que pode ser mediado também pela leitura. Ainda que todos os professores tenham se manifestado positivamente acerca de recomendarem leituras suplementares (questão # 6), o fato de não ser atividade programada para o período da disciplina pode indicar que poucos (se não raros) são os policiais em formação que têm acesso e/ou tomam conhecimento desses materiais extra, que complementariam as discussões já tratadas em sala de aula e seriam úteis à formação do policial, conforme ficou demonstrado, pelos participantes da pesquisa, nas respostas apresentadas à questão sete (que investigava a crença sobre utilidade da leitura suplementar para a formação policial).

Considerando-se que a formação acadêmica dos professores que participaram da pesquisa era de oito Especialistas, um Mestrando, um Mestre e um Doutor, depreende-se que a carga de leitura desses policiais professores é relativamente grande e que, possivelmente, a compreensão sobre a necessidade de atribuição de leitura aos seus alunos (policiais em formação) seja algo em que eles acreditam que contribuirá para a formação do Policial Civil, o que foi confirmado nas respostas obtidas à questão # 9 que investigava as contribuições/implicâncias da leitura para a formação policial. As respostas obtidas nessa pergunta indicaram que os participantes da pesquisa entendem que a atribuição de leituras pode contribuir para o conhecimento aprofundado dos temas abordados (mencionado por quatro participantes), para a preparação do aluno para a prática policial (**Participante#10**), oferecem condição de qualificar o futuro policial (**Participante#8**), pode ser considerada uma ferramenta para a construção do profissional (**Participante#6**) e possibilita, ainda, a desconstrução de preconceitos, bem como oportuniza a compreensão da multidisciplinaridade do trabalho policial (**Participante#5**). Porém, em função de estarem sujeitos a uma grade curricular que organiza a disciplina que ministram, os professores ficam impedidos de enfatizar a atividade de leitura, o que deixa implícita uma deficiência no processo de formação.



Considerando ainda que o objetivo da pesquisa era analisar a compreensão de professores da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de leituras específicas relacionadas às disciplinas que os participantes ministravam, questionou-se também acerca de sugestões que os professores teriam para desenvolver atividades de leitura durante o período da disciplina, mesmo que considerassem a carga horária pequena (questão#10). Entre as respostas apontadas, pode-se observar: realização de grupos de estudo, organização de seminários, requisição de fichamentos, leitura de pequenos textos para a discussão em grupos (mencionada por 4 participantes), além da sugestão de que o material para leitura fosse oferecido aos alunos com antecedência das aulas, a fim de que houvesse condições do aluno realizá-la antecipadamente (também mencionada duas vezes). Para realizar essas atividades sugeridas, os participantes da pesquisa responderam à última questão do roteiro para coleta de dados, informando que dispõem de materiais suplementares para disponibilizar aos alunos do curso de formação policial, no formato de: livros (8 participantes), artigos (seis participantes), *sites* (quatro participantes) e outros (três participantes).

No caso dos professores da ACADEPOL, essa “imposição” do seu olhar sobre o que é relevante aos alunos saberem, mencionada por Silva, Andrade e Euclides (2007), quando da decisão do que abordar em sala de aula, fica submetida à limitação da carga horária. Assim, a possibilidade de oferecer outras fontes de leitura sobre as temáticas abordadas em aula, no curso de formação policial, através de atividades de leitura diversas, pode ser considerada uma oportunidade para desconstruir ou interromper esta ação “autoritária” de transmissão de conhecimento pois, permite, ao policial em formação, conhecer outras fontes e julgar o saber que lhe está sendo oferecido, comparando-o a outros pontos de vista, que lhe permitam formar opinião crítica.

Da situação analisada, parece-nos imperioso que a unidade de ensino onde se dá a formação policial civil catarinense reflita sobre a atribuição da carga horária a disciplinas cujas temáticas que, pelo seu viés social, não se restrinjam a conhecimentos legais ou práticos, mas também empíricos; e, por isso, podem requerer mais tempo na preparação do policial, a fim de que esse profissional possa adquirir uma formação mais humanística, tão requerida na sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A intenção desta pesquisa era investigar a compreensão de professores da ACADEPOL/SC sobre a atribuição de leituras durante disciplinas do curso de formação policial civil catarinense. Assim, a coleta de dados realizada permite-nos dizer que os professores que participaram da pesquisa entendem que a atribuição de leitura é requisito importante para a formação do Policial Civil, uma vez que permite desconstruir conceitos equivocados, oriundos do senso comum que são trazidos pelo policial, recém aprovado em concurso público, e oferece condições de oportunizar a compreensão do *ser policial*, mediada pela leitura orientada. Entretanto, a realização de atividades de leitura fica inviabilizada em função da carga horária definida para que as disciplinas investigadas sejam ministradas, que, sob o ponto de vista dos participantes da pesquisa é insuficiente e não oferece condições de atividades extra sala de aula, que contribuiriam, significativamente, para a formação policial.

REFERÊNCIAS

- BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Diretos Humanos: coisa de polícia.** Passo Fundo/RS: CAPEC, Paster Editora, 1998.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- JUNG, Brigitte Klemz. **Leitura e produção escrita.** Blumenau: IADE, 2010.
- NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial.** São Paulo: UNICAMP, 1994.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica.** Tubarão: Editora UNISUL, 2002.
- RIBEIRO, Ana Claudia; GARCIA, Daniel Xavier. **A importância da leitura para os futuros Profissionais da informação.** 2009. Disponível em: <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/74/A_importancia_da_leitura_para_os_futuros_profissionais.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2012.
- SANDRONI, L. C.; MACHADO, L. R.(orgs). **A criança e o livro: Guia prático de estímulo à leitura.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.



SANTA ROSA, Caciací Santos de. **Leitura: uma porta aberta na formação do cidadão.** 2005. Disponível em: <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-autorias/artigos/leitura%20-%20uma%20porta%20aberta...pdf>> . Acesso em 24 de Ago. 2011.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Guia prático de alfabetização.** São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Carla Cristina; ANDRADE, Viviane D. A.; EUCLYDES, Denise Maria Nery. **A Importância da leitura no contexto de formação profissional: O caso do projeto de extensão “círculo de leitura” da Faculdade de Viçosa.** 2007. Disponível em: <correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/Anais_Artigos/> . Acesso em 10 de Jan. 2012.

SOUZA, Valdemarina Bidone de Azevedo e. A formação policial como espaço representativo da construção de uma profissionalidade. *In*: MENDES, Jussara Maria Rosa; CONSUL, Julio Cezar Dal Paz; FRAGA Cristina Kologeski. (Orgs). **A (In)visibilidade da Segurança Pública: risco no trabalho, formação e políticos.** Porto Alegre: Santa Rita. 2005.